

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 DA CELERIDADE PROCESSUAL	15
1.1 O direito fundamental da celeridade processual.....	17
1.2 Dimensão objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais....	24
1.3 A dimensão objetiva dos direitos fundamentais.....	27
1.4 Direito Fundamental da Celeridade Processual nos Sistemas Português e Brasileiro	31
2 A EFETIVIDADE DO PROCESSO EXECUTIVO NO DIREITO PORTUGUÊS	53
2.1 O modelo português de execução dos títulos.....	57
2.2 A evolução do procedimento de execução em Portugal ..	62
2.3 O procedimento extrajudicial pré-executivo – Lei nº 32/2014.....	64
2.4 A efetividade da execução por quantia certa contra devedor solvente.....	72
2.5 A importância da Lei nº 32/2014 para a celeridade processual portuguesa.....	77
3 A EFETIVIDADE DO PROCESSO EXECUTIVO NO DIREITO BRASILEIRO.....	79
3.1 A taxa de congestionamento dos processos no Brasil	81
3.2 O poder de império desjudicializado	92
3.3 A proposta para um novo paradigma do processo executivo no Brasil: convergência do argumento.....	97
3.3.1 Do título executivo	99
3.3.2 Atos próprios da magistratura	102

3.3.3	Da fé pública notarial.....	106
3.3.4	Da constitucionalização do processo de execução no Brasil.....	107
3.4	Proposta de alteração do processo de execução civil de quantia certa no Brasil	109
3.4.1	Proposta de alteração da Lei nº 9.492/97	109
3.4.2	Proposta de alteração da Lei nº 13.105/15	112
3.5	A importância da desjudicialização da execução por quantia certa no Brasil.....	115
4	DAS MEDIDAS EXTRAJUDICIAIS APTAS PARA AUXILIAR NO RECEBIMENTO DO CRÉDITO	119
4.1.	Da Averbação Premonitória.....	119
4.2.	Da Alienação Fiduciária de Bem Imóvel – Lei nº 9.514/97.	122
4.3.	Do Decreto 70/66.....	128
4.4.	Da Conciliação e mediação nas serventias extrajudiciais....	132
	CONCLUSÃO.....	137
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143
	ANEXOS.....	149
	Anexo 1 - Proposta de alteração da Lei nº 9.492/97	149
	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.....	149
	Anexo 2 - Proposta de alteração da Lei nº 13.105/15	152
	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.....	154